

Marxismo e Teoria do Capitalismo: um universo conceitual em expansão

Nildo Viana*

Lucas Maia**

O marxismo é um saber noosférico, ou seja, complexo. É uma característica dos saberes noosféricos criar uma linguagem própria, noosférica. A linguagem complexa se distingue da linguagem comum, acessível através da comunicação cotidiana e dos dicionários. A linguagem noosférica já não é apreensível através da vida cotidiana e dos dicionários e é conhecida por usar “termos técnicos”, conceitos, construtos, categorias. Os dicionários especializados (como os de filosofia, sociologia, entre outros) buscam atender às necessidades de esclarecimento sintético para os iniciantes ou especialistas de outras áreas, mas gastam páginas explicando o significado e suas variações¹. Isso significa que o marxismo cria seu próprio universo linguístico, que é o campo linguístico marxista².

Porém, só é possível compreender o campo linguístico de um saber noosférico entendendo-o em sua totalidade. Isso, não impede, no entanto, de focalizar a questão do campo linguístico. O nosso objetivo é abordar o campo linguístico marxista e seu caráter expansionista e por isso apontamos para a tese de que o universo conceitual do marxismo está sempre em expansão. Isso requer explicações que serão fornecidas no decorrer do presente texto.

A Episteme Marxista e o Campo Linguístico Marxista

Para entender um campo linguístico é necessário entender em qual saber noosférico ele se insere, o que pressupõe entender seus elementos constitutivos e seus demais campos mentais. O conceito de episteme assume, pois, importância fundamental. O que é uma

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás; Doutor em Sociologia pela UnB - Universidade de Brasília.

** Professor do Instituto Federal de Goiás - IFG. Militante autogestionário. Doutor em Geografia. Pós-doutor em Sociologia. Autor dos livros Comunismo de Conselhos e Autogestão Social (Rizoma Editorial, 2018); As Classes Sociais em O Capital (Edições Redelp, 2020); Nem Partidos nem Sindicatos: a Reemergência das Lutas Autônomas no Brasil (Edições Redelp, 2016) entre outros. E-mail: maia-lucas@gmail.com

¹ É por isso que raramente os conceitos possuem “sinônimos” e a repetição é mais comum nos discursos noosféricos do que na linguagem cotidiana e a norma linguística da “elegância” é muitas vezes inaplicável, em que pese alguns especialistas da área não entenderem, o que deveria ser algo de domínio da especialidade, já que se trata de linguagem.

² Sobre o conceito de campo linguístico, bem como de campo lexical e campo semântico, cf. Viana (2018).

episteme? Não se trata da concepção de Foucault (1987) e nem a de outro autor fora da episteme marxista. E aqui já temos um primeiro sinal das diferenças linguísticas, que podem ser lexicais (distintas palavras/signos) ou semânticas (distintos significados). Na concepção marxista, a episteme é uma infraestrutura do pensamento, ou seja, um modo de pensar que se fundamenta em determinada mentalidade e gera um campo linguístico (composto por um campo lexical e um campo semântico), um campo axiomático, um campo perceptivo e um campo analítico (VIANA, 2018a). A percepção da existência das epistemes é fundamental para analisar e compreender as mutações culturais, especialmente no capitalismo, bem como as relações sociais e as formas de consciência que emergem a partir delas. A episteme exerce uma determinação sobre os conteúdos do pensamento, ao lado da realidade concreta, das relações sociais, interesses, etc. Isso pode ser assim sintetizado:

Uma episteme é um modo de pensar subjacente (geralmente não-consciente) que é constituído social e historicamente, mas, uma vez existindo, se cristaliza e autonomiza e, por conseguinte, torna-se uma determinação formal do pensamento que interfere diretamente na constituição de seus conteúdos, ou seja, das ideias, das formas de consciência. Ela, de acordo com o materialismo histórico, tem uma base real (modo de produção dominante, sociabilidade, mentalidade, interesses de classe, etc.) que a constitui. Uma episteme, ao ser constituída, torna-se algo real, existente concretamente, e, por conseguinte, é não só algo determinado, como também exerce determinação. Assim, ela determina conteúdos de pensamento e ações derivadas deles. As epistemes antes do capitalismo, tais como a escravista e a feudal, eram processos elementares e seu desenvolvimento ocorre na sociedade moderna, que é onde emergem as duas epistemes mais desenvolvidas, a burguesa e a marxista. A episteme burguesa é um modo de pensar conservador, presentista, fechado, reproduzidor do capitalismo. A episteme marxista é um modo de pensar futurista, aberto, crítico do capitalismo e uma consciência antecipadora de uma nova sociedade, fundada na liberdade humana (VIANA, 2018a, p. 18).

Assim, é preciso compreender que cada episteme cria o seu próprio campo linguístico, bem como demais campos mentais e que eles existem em sua relação. O campo analítico, tal como se manifesta nos métodos científicos, demanda uma determinada linguagem, bem como esta se amplia ou recua dependendo da amplitude ou limite do campo perceptivo. Sem dúvida, essas são questões complexas e que não poderemos desenvolver aqui, pois nosso foco é a questão do campo linguístico na episteme marxista.

Tal como se observa na citação acima, além da episteme burguesa e da marxista, produtos da sociedade moderna, existiram outras epistemes anteriores, elementares, pois pouco desenvolvidas. Porém, com a emergência do capitalismo surge a episteme burguesa, expressão de um saber noosférico bem mais desenvolvido e ligado à nova sociedade e aos

interesses da classe dominante. A episteme burguesa é extremamente complexa e se manifesta mais concretamente através de paradigmas e ideologias (VIANA, 2018a; VIANA, 2019). Porém, de forma marginal, emerge também a episteme marxista, que é uma crítica da episteme burguesa e, ao mesmo tempo, uma nova episteme, que gera os seus próprios campos mentais, incluindo o campo linguístico.

A episteme marxista emerge com a obra de Karl Marx e com a colaboração inicial (e ambígua) de Friedrich Engels e se desenvolveu com a colaboração de diversos outros marxistas, tais como Karl Korsch, Anton Pannekoek, etc. Com a obra inaugural de Marx, a nova episteme vai se constituindo, emergindo o campo axiomático — fundado na perspectiva do proletariado e nos interesses e valores correspondentes a esta classe social —, o campo linguístico — caracterizado pela linguagem desenvolvida pelo materialismo histórico, método dialético, teoria do capitalismo, etc. —, o campo analítico — expresso pelo método dialético —, e o campo perceptivo, que é o conjunto de fenômenos que podem ser percebidos (a partir dos demais campos mentais). Esses campos mentais formam uma totalidade que é a episteme e só podem ser compreendidas no seu conjunto.

Um exemplo pode esclarecer isso. A episteme burguesa tem um campo perceptivo limitado, pois recusa a utopia, a percepção da sociedade pós-capitalista e, por conseguinte, ou nega ou concebe o comunismo como uma variação do capitalismo ao invés de uma sociedade radicalmente diferente. Assim, a palavra “comunismo”³, para a episteme burguesa, é deformada (alteração no campo semântico) ou recusada como impossibilidade, como “utopia”, no sentido pejorativo do termo, um “sonho irrealizável” (excluída como algo real ou possível). Por conseguinte, o comunismo é excluído da episteme burguesa, pois é exterior ao seu campo perceptivo e ao seu campo linguístico. A episteme marxista, por sua vez, pode até alterar o léxico e trocar “comunismo” (no sentido burguês ou burocrático do termo, o que é reproduzido pelo pseudomarxismo) por autogestão, mas o que interessa destacar é que, seja usando uma ou outra palavra (léxico) o significado é perceptível (uma nova sociedade radicalmente diferente da capitalista e das sociedades de classes em geral). Desta forma, a sociedade pós-capitalista não é perceptível pela episteme burguesa, mas é pela episteme marxista e por isso os termos para expressá-la são recusados ou deformados pela primeira e são reafirmados pela segunda.

³ No sentido atribuído a tal palavra por Marx, o que difere radicalmente do sentido quando se pensa em partidos e países supostamente “comunistas”. Isso significa que é no sentido de sociedade autogerida, ou, simplesmente, autogestão.

Assim, a importância do campo linguístico é fundamental, pois ele é inseparável do campo analítico (no caso do marxismo, ou seja, as categorias da dialética), do campo axiomático e do campo perceptivo. A relação entre campo linguístico e campo perceptivo é importante na medida em que o que não é nomeado não é percebido. Assim, sem o conceito de mais-valor, modo de produção, entre outros, não há percepção da existência desses fenômenos sociais. Por outro lado, se não há necessidade de perceber algo existente, então também poderá não surgir os termos para expressá-lo. Esse é o caso, por exemplo, do termo “personalidade”, que não foi desenvolvido por Marx e somente muito tempo depois alguns autodeclarados “marxistas” (ou próximos do marxismo), especialmente os que se aproximaram da psicologia e da psicanálise, começaram a trabalhar tal termo, como Lucien Sève (1978) e Erich Fromm (1981) e ainda não foi devidamente e adequadamente inserido no campo linguístico marxista.

O campo linguístico marxista é muito extenso e aumenta cada vez mais o número de signos e significados no seu interior. Apesar de certa estagnação do marxismo, que Rosa Luxemburgo já comentava no início do século 20, alguns marxistas trouxeram acréscimos ao campo linguístico marxista. Marx é o principal desenvolvedor desse campo linguístico e que pode ser visto nos conceitos do materialismo histórico, como modo de produção, relações de produção, forças produtivas, ideologia, alienação, classes sociais, estado, entre inúmeros outros; nas categorias da dialética (totalidade, determinação, abstrato, concreto, etc.) e em teorias específicas, especialmente na teoria do modo de produção capitalista⁴. É

⁴ Depois de Marx, iniciou-se um amplo processo de recuperação e resgate do campo linguístico marxista, realizado por intérpretes (marxistas ou não), bem como alguns buscaram avançar e ir além no sentido de não apenas reproduzir as ideias de Marx, mas também desenvolvê-la, atualizá-la, aprofundá-la. No entanto, isso foi muitas vezes realizado de forma eclética e que, portanto, saiu do âmbito da episteme marxista, bem como conflitos interpretativos emergiram sobre vários conceitos, tais como o de ideologia, alienação, modo de produção, para citar apenas alguns dos mais polêmicos. A estagnação do marxismo realmente existiu e atingiu não somente a interpretação do pensamento de Marx (cuja riqueza conceitual foi empobrecida ou assaltada), mas também as inovações, marcadas em sua quase totalidade por uma incompatibilidade com a episteme marxista. Foram nos momentos de radicalização das lutas operárias que emergiram algumas tentativas mais coerentes de expansão do campo linguístico marxista, tais como os conceitos de “conselhos operários” (PANNEKOEK, 1977; RÜHLE, 1975) que emerge no bojo das tentativas de revoluções proletárias inacabadas ou o conceito de autogestão, que se consolida a partir das lutas operárias e estudantis do Maio de 1968 na França (GUILLERM; BOURDET, 1976), o que não significa que não havia limites em outros aspectos a respeito do campo linguístico marxista, o que se constata na imprecisão conceitual de Pannekoek (VIANA, 2021) e no problema da conceituação de classe operária em Guillerm e Bourdet (VIANA, 2020). O freudomarxismo também trouxe uma ampliação do campo linguístico marxista, apesar de certas ambiguidades e das variedades de formas que tal tentativa assumiu (poderíamos citar desde Reich e Fromm, passando por Caruso, Osborn e diversos outros, até chegar a Lorenzer, com diferenças interpretativas – tanto de Marx quanto de Freud, bem como dos fenômenos psíquicos – e de concepção, sendo que algumas criações lexicais e semânticas podem e devem ser assimiladas pelo campo linguístico marxista e a maioria ser descartada).

na teoria do modo de produção capitalista que Marx mais desenvolveu o campo linguístico marxista e de forma mais profunda. Esse é o aspecto que vamos tratar e a razão disso se encontra no estágio mais desenvolvido do campo linguístico marxista, que se manifesta na teoria do capitalismo.

Teoria do modo de produção capitalista e campo linguístico marxista

Marx aprofundou e desenvolveu o campo linguístico de forma mais ampla quando tratou do modo de produção capitalista. Em diversas obras⁵, com destaque para *O Capital*, ele buscou, partindo da economia política, elaborar uma teoria do modo de produção capitalista, o que significava uma ampliação do campo linguístico marxista (MAIA, 2020). A sua análise do modo de produção capitalista gerou diversos conceitos: modo de produção capitalista, burguesia, proletariado, mais-valor, mais-valor absoluto, mais-valor relativo, capital, capital fixo, capital variável, capital constante, capital produtivo, capital comercial, capital bancário, taxa de lucro, massa de lucro, mercadoria, valor de uso, valor de troca, fetichismo da mercadoria, entre inúmeros outros (MAIA, 2020).

Antes de escrever *O Capital*, o campo linguístico marxista era bem inferior quantitativamente. Da mesma forma, o rigor conceitual e as definições eram pouco usuais nos escritos de Marx. É justamente em *O Capital* que Marx passa a desenvolver mais definições e desenvolver diversos conceitos⁶. E de onde emergem os conceitos apresentados em *O Capital*? Alguns são oriundos da economia política (especialmente Adam Smith e David Ricardo, mas proliferam, na obra de Marx, uma assimilação de diversos termos de outros economistas). Porém, é preciso destacar aqui que se trata de *assimilação*, ou seja, o uso de determinados termos que são adequados a uma outra totalidade de pensamento que muda o seu significado. Essa assimilação é acompanhada pela criação de outros conceitos

⁵ As várias obras de Marx sobre a teoria do capitalismo vão desde palestras para operários (Trabalho Assalariado e Capital; Salário, Preço e Lucro), manuscritos e esboços (tal como o mais famoso, conhecido como Grundrisse), como as obras juvenis em que já iniciava a análise da economia política e também a célebre Contribuição à Crítica da Economia Política (MARX, 1989; 1975; 1983; 1974; 1985; 1988a; 1988b; 1987).

⁶ Não custa alertar que uma definição é sempre incompleta, pois ela é a síntese de um conceito e este sempre remete a outros conceitos. Assim, o conceito de modo de produção não é marxista se não for relacionada com os demais conceitos do materialismo histórico. Sem os conceitos de relações de produção, forças produtivas, classes sociais, etc., o conceito de modo de produção pode ser deformado e apropriado por outras concepções, tal como efetivamente aconteceu. A definição de modo de produção, por exemplo, é uma síntese do conceito: o modo de produção é o modo como os seres humanos produzem e reproduzem os bens materiais para a sobrevivência da humanidade. Essa síntese do conceito precisa do acréscimo dos seus elementos constitutivos (relações de produção e forças produtivas) e estes, por sua vez, dos seus (as relações de produção englobam as relações de trabalho, etc.), bem como suas formas. Nas sociedades de classes, o modo de produção é um modo de exploração (VIANA, 2007), por exemplo.

que não possuem equivalentes ou inspiração em termos da economia política. Assim, valor de troca é assimilado por Marx, mas mais-valor relativo e mais-valor absoluto é criação lexical original do autor de *O Capital*.

E de onde vem as criações lexicais originais? Assim como os conceitos em geral, uma nova criação lexical é derivada da necessidade de expressar a realidade e tal expressão pode requerer signos (e/ou significados) ainda inexistentes. Assim, a criação lexical original é produto da necessidade de compreender a realidade⁷. O trabalho de Marx foi justamente a busca de compreensão do modo de produção capitalista e isso gerou a necessidade de ressignificação de vários termos usados pelos economistas políticos e a criação lexical inovadora.

Aqui encontramos uma proliferação de conceitos que visam explicar/expressar a realidade do modo de produção capitalista. Porém, a obra de Marx dedicada a isso, *O Capital*, ficou incompleta. Se Marx tivesse completado a obra, o número de conceitos seria ainda maior. Apenas o volume 01 foi publicado por ele em vida e com sua revisão. Os demais volumes foram publicados por Engels e Kautsky (MAIA, 2020). Sendo assim, a forma acabada e revisada é apenas o primeiro volume. Os demais volumes eram manuscritos inacabados e incompletos. Mas, mesmo se fossem completos, ainda não esgotariam o conjunto de elementos que são necessários discutir para compreender o modo de produção capitalista. É possível especular que ele acrescentaria mais volumes à obra, o que fica no nível da conjectura.

E qual é a razão disto? O motivo é que a realidade é não só extremamente complexa, como é infinita⁸. Logo, não se trata da concepção weberiana, cuja concepção de realidade desemboca na necessidade de elaboração de tipos ideais. A realidade pode ser expressa pela mente humana, mas exige cada vez mais aspectos a serem englobados. Assim, Marx desenvolveu a análise da mercadoria e percebeu que ela possui valor de uso e valor de troca. Porém, esses dois elementos podem — e devem — ter diversos desdobramentos que não estão presentes em *O Capital*. O conceito de valor de uso, por exemplo, remete para um fenômeno que assume várias formas. A discussão sobre o valor de uso de uma mercadoria realizada em *O Capital* era suficiente para a reflexão que Marx efetivava naquele contexto, mas em outros contextos, torna-se necessário distinguir entre valor de uso real e valor de uso

⁷ “O conceito [...] surge do interior de uma teoria e, por conseguinte, expressa os interesses da classe que possui necessidade de desenvolver uma consciência correta da realidade” (VIANA, 2007, p. 99).

⁸ Aqui entenda-se por infinito como uma categoria da dialética e não como algo real.

artificial. Da mesma forma, a questão do valor da mercadoria, elemento fundamental da teoria do modo de produção capitalista, foi objeto de inúmeras críticas e em seu lugar se elaborou uma concepção econômica ideológica que afirma que ao invés do valor-trabalho é o valor-utilidade que explica os preços das mercadorias⁹. Esses dois exemplos mostram que seria necessário desenvolver a teoria do modo de produção capitalista e, para realizar tal desenvolvimento, é necessário a elaboração de novos conceitos.

Os pseudomarxistas, no entanto, não conseguiram perceber essa característica do marxismo e, assim, ao invés de *desenvolver a teoria*, o que fizeram foram *exercícios interpretativos e extrapolações*. Muitas obras foram escritas para resolver os problemas que não eram consensuais entre os intérpretes de Marx, como o que é trabalho produtivo e trabalho improdutivo, ou então a respeito da teoria do valor-trabalho. Assim, diversas interpretações sobre o significado do trabalho produtivo emergiram, assim como as críticas da teoria do valor-trabalho foram resolvidas com a repetição dos escritos de Marx, a extrapolação do caso da mercadoria para outros fenômenos, entre outras formas possíveis de não avançar teoricamente e tentar manter a teoria intacta.

A estagnação do pensamento é algo que pode ocorrer com a episteme burguesa, mas não com a marxista. Assim, não é possível encontrar em *O Capital* a explicação para o valor de um quadro de Rembrandt ou Munch, assim como não é possível dizer que o seu valor é determinado pelo “tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-lo”. Se a afirmação segundo a qual a obra “*A Persistência de Memória*”, de Salvador Dalí, foi pintada em algumas horas, isso nada altera no valor do quadro. “*O Grito*”, de Edvard Munch pode ter demorado horas ou meses e isso nada nos diz sobre o seu valor de troca. Querer explicar o valor de troca dessas obras através da teoria do valor-trabalho de Marx é o mesmo que querer explicar o inconsciente segundo Freud através do behaviorismo. Trata-se, obviamente, de uma impossibilidade.

E não se trata só de uma impossibilidade, mas também de um equívoco. Marx deixou claro no prefácio de *O Capital* que seu tema era o modo de produção capitalista. A mercadoria da qual ele trata nessa obra é a produzida pelas relações de produção capitalistas. E ele afirma que a mercadoria existia antes do capitalismo. Ela pode ser encontrada, por exemplo, na sociedade escravista antiga. Quando Marx demonstra que o valor da mercadoria

⁹ É o caso da escola marginalista e de seus diversos exemplos que visavam contestar a teoria do valor-trabalho, como, por exemplo, em (JEVONS, 1996).

(capitalista) é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, ele trata de sua produção no modo de produção capitalista, que é onde existem as relações que ele aborda, ou seja, trabalho assalariado, fábricas concorrentes, relações de distribuição capitalistas, etc. Sem isso, o valor não terá a mesma determinação. Porém, os pseudomarxistas tentaram responder à crítica marginalista querendo provar que toda e qualquer mercadoria era determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las. Os exemplos dos marginalistas, por sua vez, eram convincentes. E a razão disso era a de que tais exemplos eram de preços de produtos que não eram produzidos no modo de produção capitalista. Este foi o caso dos cavalos de uma cidade sitiada que foi um dos exemplos de Stanley Jevons (1996). Porém, se o marxismo avança é possível ironizar tal exemplo mostrando o seu caráter pueril: “os cavalos de Jevons não trotam no modo de produção capitalista” (VIANA, 2018b, p. 84). Assim, ao invés daqueles que dizem ser “marxistas” (a defesa de um pensamento congelado é não-marxista) entenderem e desmascararem o argumento de Jevons e outros, simplesmente se fecharam numa obra e forneceram respostas insatisfatórias.

Como responder a esse desafio? Avançando teoricamente, além de interpretar Marx corretamente. Se Marx abordou o valor da mercadoria no modo de produção capitalista, então resta tratar de todos os bens (culturais, coletivos, etc.) que não são produzidos no âmbito do modo de produção capitalista. Um exemplo de superação dessa falsa problemática para o marxismo e solução no interior da teoria marxista e que significa um desenvolvimento da mesma é a teoria da mercancia (VIANA, 2018b). Nessa teoria, que não poderemos apresentar aqui, há a demonstração de que Marx tratou do valor das mercadorias produzidas no modo de produção capitalista e outros bens que não são produzidos no âmbito das relações de produção capitalistas são mercancias, que são portadoras de valor de troca, mas não possuem a substância, o trabalho incorporado, o mais-valor. Aqui se abre nova perspectiva também para explicar outros elementos, como, por exemplo, a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. As mercadorias são produzidas no modo de produção capitalista e as mercancias nas relações de distribuição capitalistas ou nas formas sociais (“superestrutura”).

O que se percebe, portanto, é um desenvolvimento da teoria. Mas o que nos interessa aqui é demonstrar que esse avanço da teoria requer novos conceitos. Entre estes novos conceitos, associados ao desenvolvimento da teoria da mercancia, é possível citar: mercancia, valor-mercado, valor-cultura, valor de uso durável, valor de uso contíguo, valor

de uso imediato, valor de uso incorporado, cálculo mercantil, entre diversos outros (VIANA, 2018b). Nesse sentido, todo avanço de uma teoria significa avanço conceitual, ou seja, a ampliação da consciência sobre determinado fenômeno requer uma ampliação do campo linguístico, seja com inovação lexical ou semântica.

E isso é um elemento da episteme marxista. O marxismo pensa uma história aberta e uma totalidade aberta e por isso pode englobar cada vez mais fenômenos em sua análise, ampliando-se infinitamente, tal como a realidade. E nesse sentido, ele não só consegue englobar em seu campo perceptivo o futuro como tendência, possibilidade, potencialidade, desenvolvendo o que Ernst Bloch denominou “consciência antecipadora” (BLOCH, 2005), como também não é uma totalidade fechada, tal como alguns intérpretes de *O Capital* pensam, considerando que o todo está explicitado e desenvolvido ali. O essencial se encontra nessa obra, mas não a totalidade dos elementos constitutivos do modo de produção capitalista.

Por conseguinte, a teoria do capitalismo elaborada por Marx explicita a essência do modo de produção capitalista e vários aspectos derivados. Mas é necessário desenvolver e aprofundar vários aspectos ainda. E, assim, a maioria das críticas a *O Capital* podem ser resolvidas com a leitura e interpretação adequada dessa obra, pois ela contém os elementos para a sua refutação. Algumas críticas, no entanto, requerem ir além do que está desenvolvido lá. De resto, há a mutabilidade do capitalismo e isso também significa novos elementos da realidade que devem ser englobados na teoria e isso requer, novamente, novos conceitos, tal como o desenvolvimento do conceito de regime de acumulação para explicar a historicidade do capitalismo¹⁰.

A conclusão geral é a de que a teoria do capitalismo da episteme marxista abarca os elementos essenciais do modo de produção capitalista, mas vários outros elementos ainda necessitam de desenvolvimento e aprofundamento, bem como o processo histórico e complexificação da sociedade capitalista reforça essa necessidade, mesmo porque este modo de produção não está isolado das formas sociais (“superestrutura”) e outras relações sociais, o que é uma obviedade para quem conhece o materialismo histórico. Por conseguinte, a teoria do capitalismo, ao se desenvolver, elabora novos conceitos e amplia seu universo

¹⁰ Esse termo emerge no pseudomarxismo, inicialmente através da Escola da Regulação e, posteriormente, por David Harvey e outros. No caso do marxismo, há uma retomada do termo, mas sua ressignificação, pois a definição regulacionista é economicista e problemática. A obra que efetivou esse processo foi *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral* (VIANA, 2009) e desenvolvida por outros autores, com destaque para a coletânea organizada por Almeida (2020).

conceitual. A episteme marxista em geral, e a teoria do capitalismo em particular, são, nesse sentido, um universo conceitual em constante expansão. Se isso não ocorre, é devido aos obstáculos impostos pela sociedade capitalista (a começar pela episteme burguesa, que dificulta o avanço de inúmeros indivíduos no desenvolvimento da consciência da realidade), aos limites dos indivíduos marxistas, às dificuldades maiores ou menores em determinados contextos, situações, momentos. Ou seja, não é um limite da episteme marxista e sim dos marxistas ou um impedimento por razões externas.

Considerações finais

O nosso objetivo aqui foi demonstrar que a episteme marxista gera uma teoria do capitalismo — que foi seu elemento mais desenvolvido — que é um universo conceitual, gerando um extenso conjunto de conceitos e que eles tendem a gerar novos conceitos com o seu desenvolvimento, bem como com as mutações históricas. Nesse sentido, a teoria do capitalismo produzida pelo marxismo é um universo conceitual em expansão. Se há estagnação teórica, então haverá estagnação conceitual. Mas isso não é um problema da episteme marxista e sim algo externo que impede seu desenvolvimento.

Porém, é preciso esclarecer, para evitar mal-entendidos, que isso vale não apenas para a teoria do capitalismo, mas também para o método dialético, o materialismo histórico, as teorias específicas geradas pelo marxismo (da arte, do cinema, da ideologia, da cultura, das sociedades tribais, da sociedade feudal, etc.) e novas teorias que podem e devem emergir.

A importância disso, para a episteme marxista e para a humanidade como um todo — pois a almejada revolução proletária e libertação humana tornará as conquistas dessa episteme patrimônio de toda a humanidade e não haverá mais sentido para o nome “marxismo” — é a de abrir novos horizontes e ampliar o campo perceptivo da realidade. Portanto, todo novo conceito, todo avanço teórico, é uma conquista da consciência na sua aventura de desvendar o que está oculto na realidade.

Referências

ALMEIDA, Felipe Mateus (org.). *O Regime de Acumulação Integral. Retratos do Capitalismo Contemporâneo*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- FROMM, Erich. *Análise do homem*. 8ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- GUILLERM, Allain; BOURDET, Yvon. *Autogestão: Mudança Radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- JEVONS, William Stanley. *A Teoria da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MAIA, Lucas. *A episteme marxista em O Capital de Karl Marx*. Tese (pós-doutorado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás – UFG. Goiânia, p. 143. 2020.
- MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. 2ª edição. São Paulo: Global, 1989.
- MARX, Karl. *Capítulo Inédito d'O Capital*. Resultados do Processo de Produção Imediato. Lisboa: Publicações Escorpião, 1975.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. Lisboa: Nunes, 1974.
- MARX, Karl. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse). 1857-1858*. 3 vols. 14ª edição, México: Siglo Veintiuno, 1985.
- MARX, Karl. *O Capital*. 3ª edição, 5 vols. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl. *Salário, Preço e Lucro*. 6ª Edição, São Paulo: Global, 1988b.
- MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital*. 4ª Edição, São Paulo: Global, 1987.
- PANNEKOEK, Anton. *Los Consejos Obreros*. Madrid: Zero, 1977.
- RÜHLE, Otto. *Da Revolução Burguesa à Revolução Proletária*. Porto: Publicações Escorpião, 1975.
- SÈVE, Lucien. *Marxismo e teoria da personalidade*. Lisboa: Edições Horizonte, 1978.
- VIANA, Nildo. *A Consciência da História – Ensaio sobre o Materialismo Histórico-Dialético*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.
- VIANA, Nildo. *A Mercantilização das Relações Sociais*. Modo de Produção Capitalista e Formas Sociais Burguesas. Curitiba: Appris, 2018b.
- VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2020.
- VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

VIANA, Nildo. O Maio de 1968 e a Formação do Marxismo Autogestionário. In: VIANA, Nildo. (org.). *O Marxismo Autogestionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

VIANA, Nildo. *O Modo de Pensar Burguês*. Episteme Burguesa e Episteme Marxista. Curitiba: CRV, 2018a.

VIANA, Nildo. A Evolução Política e Intelectual de Pannekoek. In: PANNEKOEK, A. *Partidos, Sindicatos e Conselhos Operários*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2021.

Texto aprovado para publicação em 24 de março de 2021.